

Wanderley disse que o TCU também entende que há algumas deficiências nesse sistema e sugere procedimentos para melhoria do controle dessas entidades. Segundo ele, uma das oportunidades de melhoria seria a classificação e contabilização tempestiva da arrecadação dos parcelamentos tributários. Sugeriu melhoria nos sistemas que envolvem tecnologia da informação, para que exista intercâmbio entre as bases de dados da RFB, STN e do TCU. Propôs, ainda, o compartilhamento do sigilo fiscal em processos de auditorias e inspeções do TCU referentes à arrecadação tributária e à divulgação de notas explicativas nos relatórios da Secretaria

do Tesouro Nacional sempre que houver grandes variações nos cálculos de transferências.

Marcos Vinícius Ferreira, diretor-presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) acredita que as sugestões do TCU são “completamente bem-vindas”, já que o Serpro também defende a necessidade de transparência. “Assim daremos transparência para os órgãos reguladores e permitiremos a cidadania”, acrescentou. De acordo com o deputado Júlio César, o assunto debatido na Câmara demanda discussões futuras.



TCU e TSE assinam acordo de cooperação

Os presidentes do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Ubiratan Aguiar, e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Ayres Britto, assinaram acordo de cooperação técnica para fiscalizar as contas de campanhas políticas.

O ministro Carlos Ayres ressaltou que o foco da cooperação é o rastreamento dos recursos doados a partidos políticos, comitês e candidatos. Segundo ele, o objetivo da ação não é dificultar as doações, e sim, buscar a transparência no jogo eleitoral. Brito explicou que o apoio do TCU vai permitir um controle da veracidade de recibos e notas fiscais apresentados.

O presidente Ubiratan Aguiar lembrou o acordo firmado entre vários órgãos públicos para formar uma rede de controle da gestão pública e que a cooperação com o TSE é mais uma ação da rede. “Estamos materializando intenções e somando esforços, experiências e inteligência em prol de

um Estado brasileiro mais organizado e efetivo”, destacou.

O acordo vai permitir o intercâmbio de informações para aperfeiçoar a análise do conteúdo e da autenticidade de documentos relativos a doações de recursos a partidos políticos, a comitês financeiros e aos candidatos a cargos político-eletivos, bem como de recursos arrecadados e de gastos efetuados.

Permitirá, também, a formação, o aperfeiçoamento e a especialização técnica dos servidores, com a implementação de ações, projetos e atividades complementares de interesses comuns. Prevê, ainda, a realização de trabalhos conjuntos de auditoria ou outras formas de investigação de matérias de interesse e a atuação conjunta no levantamento e tratamento de informações em apoio à Rede de Controle da Gestão Pública, criada a partir do protocolo de intenções assinado em março deste ano pelo TCU e por outros órgãos e entidades de controle.